

## POPULAÇÃO BRASILEIRA APOIA MEDIDAS DE CONTROLE DO TABAGISMO

***Conclusão é de nova pesquisa Datafolha, feita sob encomenda da ACT Promoção da Saúde***

A maior parte da população brasileira, 68%, é favorável ao aumento dos tributos de produtos de tabaco, entendendo que o cigarro mais caro incentiva o fumante a parar de fumar, e 54% para evitar que jovens comecem a fumar. Já 71,5% concordam que as empresas fabricantes de cigarro devem ressarcir o SUS pelos custos causados com as doenças relacionadas ao tabagismo. Embora 72% já tenham ouvido falar em cigarros eletrônicos ou outros dispositivos, poucos são os que fazem uso diário: 0,22%; 2,8% usam às vezes e 6% já usaram, mas não o fazem mais.

Os dados são de pesquisa nacional feita pelo Instituto Datafolha, por encomenda da ACT Promoção da Saúde, em julho. Foram feitas 1.985 entrevistas com pessoas de 18 anos ou mais, sendo a maioria economicamente ativa. A renda familiar média é de aproximadamente 3,5 salários mínimos. Há maior presença de mulheres, pessoas com nível médio de escolaridade e pertencentes à classe C. A média etária é de 44 anos. Entre os entrevistados, 82,44% declararam-se não fumantes e, entre os fumantes, percebe-se que a maior parte é homem, está na região sul do país, entre os menos escolarizados e pertencente às classes C, D e E.

A aprovação às medidas de controle do tabagismo é maior entre os mais escolarizados, moradores das regiões metropolitanas e integrantes das classes A/B.

“É possível verificar, com esta pesquisa, que quanto maior a conscientização, mais claros ficam os riscos do tabagismo à saúde. Mas de forma geral a população apoia e quer mais medidas de prevenção e controle do tabagismo. Exemplo disto é que a maior parte das pessoas não quer que novos produtos sejam inseridos no mercado brasileiro, como os dispositivos eletrônicos para fumar.”, diz Mônica Andreis, diretora-executiva da ACT Promoção da Saúde.

Sobre os cigarros eletrônicos, chamou a atenção que, da minoria que já experimentou esses dispositivos (9%), 39% pegaram emprestado de outra pessoa ou ganharam de presente e 31% compraram em tabacarias, embora a comercialização e a propaganda desses produtos sejam proibidas no Brasil, por resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a RDC 46/2009.

É interessante notar que 84% dos entrevistados acreditam que os dispositivos eletrônicos são uma invenção da indústria de tabaco para conquistar novos clientes e 78,3% acreditam que fazem com que as pessoas mudem de produto, mas continuem fumantes. Para 67,7% dos entrevistados, esses dispositivos não devem ser liberados, pois entendem que não precisamos ter novos produtos de tabaco no mercado. Já 21% também acham que não devem ser liberados, até que se prove seu impacto na saúde e na iniciação por jovens, enquanto que apenas 11,5% acha que a comercialização deve ser liberada no país.

Os fabricantes de DEFs, que pressionam a Anvisa para liberar os produtos, alegam que eles teriam risco reduzido por não haver combustão e serem destinados apenas a adultos fumantes que não querem ou não conseguem parar de fumar. No entanto, pesquisas independentes mostram outra história. Os DEFs têm substâncias altamente tóxicas e foram responsáveis pelo aumento no consumo entre jovens nos países em

que eles podem ser comercializados. Além disso, é importante destacar que a maior parte desses dispositivos contém nicotina, o princípio ativo responsável pela dependência química do fumante, e estudos têm mostrado que não ajudam na cessação, muitos fumantes continuam fumando e também fazendo uso dos vaporizadores.

“O fato de que somente uma parcela pequena da população conhece ou aprova os DEFs evidencia que a liberação desses produtos segue uma agenda dos fabricantes, que pressionam a Anvisa. Não há evidências de que o uso traga benefícios, pelo contrário. Estudos tem evidenciado a toxicidade de dispositivos eletrônicos, risco de uso dual e o risco de aumento de consumo entre os jovens. É muito importante priorizar a saúde e a prevenção, especialmente diante do que vivemos com a pandemia de COVID-19”, complementa Mônica.